

AULA ZERO: MEDIDA PROVISÓRIA

Na elaboração deste curso de Direito Constitucional em exercícios – que ora se inicia – minhas maiores preocupações serão, certamente, as seguintes: (a) manter a objetividade e concisão nos comentários dos exercícios apresentados; e (b) abordar todos os tópicos relevantes do assunto comentado para o fim de concursos públicos.

Como não se trata de um curso teórico, não posso me alongar em demasia nos comentários, sob pena de desvirtuar o seu objetivo, que é auxiliar o candidato na revisão dos principais tópicos (já estudados) da disciplina. Por outro lado, não posso perder de vista que o curso somente será eficiente se, verdadeiramente, todos os tópicos relevantes da disciplina forem abordados nos comentários, ainda que alguns não constem, explicitamente, dos exercícios apresentados.

Em suma, o meu desafio será o seguinte: trazer para o curso on-line o conteúdo das minhas aulas presenciais de exercícios, revisando os tópicos relevantes dos assuntos mais cobrados pelas bancas examinadoras, sem perder de vista a objetividade e concisão.

Não sei se todos sabem, mas esse é o tipo de curso que eu mais ministrei em aulas presenciais, exceto em Brasília. Na verdade, todos os cursos que ministrei fora de Brasília (Curitiba, Florianópolis, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte etc.) são de revisão em exercícios, pois, como sou servidor público ativo em Brasília, não há como ministrar cursos de teoria, de longa duração, em outras cidades.

Norteados por essa linha, comentarei, em aproximadamente 12 (doze) aulas, exercícios de provas aplicadas pela Esaf e pelo Cespe, com ênfase em concursos da chamada área não-jurídica.

A metodologia será a descrita a seguir.

Os exercícios serão separados por assunto e, a partir deles, revisaremos todos os aspectos importantes para o fim de concurso público. Considero a separação dos exercícios por

assunto importantíssima, pois será ela que permitirá ao aluno uma visão global do assunto apresentado. Permitirá, também, que sejam excluídas aquelas assertivas demasiadamente repetidas, que tornariam as aulas demasiadamente extensas, sem nenhum ganho para o aluno (na verdade, só haveria perdas para o aluno, de tempo na leitura e de tinta para impressão!).

Em sua maioria, as questões serão comentadas na forma em que apresentadas pela banca examinadora. Porém, em virtude da necessidade de separação dos exercícios por assunto, nem sempre isso será possível. Especialmente nas provas da Esaf, é comum, numa só questão, serem cobrados nas cinco assertivas assuntos completamente diferentes (uma assertiva sobre controle de constitucionalidade, outra sobre medida provisória, outra sobre direitos fundamentais, outra sobre hierarquia das leis, outra sobre organização do Estado, por exemplo). Em situações como essa, as assertivas serão retiradas da questão e comentadas em separado, indicando o concurso de origem.

Essa separação das assertivas permitirá, também, que eu faça uma ordenação dos diferentes assuntos a serem estudados, otimizando o acompanhamento e compreensão do curso pelo aluno. Ademais, dentro da mesma aula, no trato do mesmo assunto, eu poderei melhor ordenar os exercícios, dando uma lógica ao tópico estudado.

Ao final de cada aula, será apresentada a lista de todos os exercícios que nela foram comentados, para que o aluno possa, se julgar conveniente, testar previamente o seu conhecimento, resolvendo-os antes de ver os gabaritos e comentários do Professor.

Um último recado. Não estou nem um pouco preocupado com a quantidade de exercícios que serão comentados em todo o curso (e, numa boa, quem estiver com essa preocupação não deve fazer o curso!). Nem me perguntem isso, porque a grosseria será certa! Ora, há dezenas de sites na internet que oferecem para download, gratuitamente, milhares de exercícios dos mais diferentes concursos. Quem estiver

interessado em quantidade, deve simplesmente fazer o download desses exercícios, de graça, sem pagar um centavo! A validade do curso está no meu critério para fazer a seleção dos exercícios e, especialmente, nos meus comentários. Respeito os que pensam diferente, mas não vou me render à quantidade...

Um forte abraço,

Vicente Paulo

MEDIDA PROVISÓRIA

1) (ESAF/PROCURADOR/BACEN/2002) Suponha que uma medida provisória, cuidando de matéria de Direito Processual Civil, haja sido editada 15 dias antes da promulgação da Emenda Constitucional nº 32/2001, que reformulou o regime constitucional desses instrumentos normativos. Quanto a tal medida provisória, que não foi até hoje apreciada pelo Congresso Nacional nem foi objeto de revogação por outra norma de semelhante status normativo-hierárquico, é correto afirmar:

a) como não foi convertida em lei antes da Emenda Constitucional nº 32/2001, e uma vez que trata de assunto que essa emenda vedou à regulação por meio de medida provisória, deve ser tida como revogada.

b) deve ser considerada como estando em vigor, desde que tenha sido reeditada antes de vencido o prazo de 30 dias que faltava para perder a eficácia no sistema constitucional anterior.

c) deve ser considerada como estando em vigor, mesmo não tendo sido reeditada depois do advento da Emenda Constitucional nº 32/2001.

d) não tendo sido convertida em lei antes da Emenda Constitucional nº 32/2001, e versando assunto que, depois dessa Emenda, ficou proibido de ser regulado por meio de medida provisória, deve ser considerada inconstitucional.

e) as normas da medida provisória continuam em vigor, uma vez que todas as medidas provisórias em vigor no momento da Emenda Constitucional nº 32/2001 tornaram-se definitivas, estando sujeitas ao mesmo regime constitucional das leis ordinárias.

Gabarito: "C"

Comentários.

As medidas provisórias estiveram submetidas a dois regimes constitucionais distintos desde a promulgação da Constituição Federal de 1988.

O primeiro regime vigorou da promulgação da Constituição (05/10/1988) até a data da promulgação da Emenda Constitucional nº 32/2001 (11/09/2001). Nesse primeiro regime, as medidas provisórias possuíam uma eficácia inicial de apenas trinta dias, mas podiam ser sucessivamente reeditadas pelo Presidente da República, mantendo-se a regulação da matéria com força de lei enquanto houvesse reedição.

O segundo regime, atualmente em vigor, foi implantado pela EC nº 32/2001 e, portanto, somente é aplicável às medidas provisórias editadas a partir da promulgação dessa emenda constitucional.

Porém, na data da promulgação da EC nº 32/2001 havia no Congresso Nacional sessenta e seis medidas provisórias antigas - editadas no regime constitucional anterior, antes de 11/09/2001 - em tramitação. Estavam em tramitação porque haviam sido editadas no regime antigo, mas ainda não haviam sido convertidas em lei na data da promulgação da EC nº 32/2001.

Foi necessário, então, estabelecer-se uma regra especial para essas medidas provisórias, e esse papel foi cumprido pelo art. 2º da EC nº 32/2001, nos seguintes termos:

"As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que medida

provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional”.

Como se vê, essas medidas provisórias antigas continuarão em vigor, regulando as respectivas matérias com força de lei, por prazo indeterminado, até que ocorra uma das seguintes medidas: (a) sejam revogadas por outra medida provisória, ou por outra espécie normativa que possua dignidade para isso (lei ordinária, lei complementar etc.); ou (b) sejam apreciadas pelo Congresso Nacional.

Enquanto não ocorrer uma dessas hipóteses, essas medidas provisórias continuarão regulando, com força de lei, as matérias nelas tratadas, independentemente de qualquer ato. Não há que se falar em necessidade de reedição, de prorrogação de prazo etc., pois o próprio art. 2º da EC nº 32/2001 já lhes outorgou vigência por prazo indeterminado.

Importante verificar que essas medidas provisórias **não** foram convertidas em lei pela EC nº 32/2001 (tanto é assim que elas poderão ser, ainda hoje, apreciadas pelo Congresso Nacional!). Elas continuam sendo medidas provisórias, só que agora com vigência por prazo indeterminado.

Caso o Congresso Nacional resolva apreciar alguma dessas medidas provisórias, deverá fazê-lo de acordo com as regras do regime constitucional **pretérito**, isto é, em sessão conjunta (e **não** de acordo com o regime atual, implantado pela EC nº 32/2001, em que as medidas provisórias são apreciadas nas duas Casas do Congresso Nacional, em separado, iniciando-se pela Câmara dos Deputados).

Então, a resposta correta é a letra “C” porque, como o enunciado da questão informa que a medida provisória antiga não foi até hoje apreciada pelo Congresso Nacional, nem foi revogada, ela está em pleno vigor, mesmo não tendo sido reeditada depois da EC nº 32/2001. Afinal, como explicado acima, para a continuidade da vigência das medidas provisórias editadas em data anterior à EC nº 32/2001 não é exigida a prática de nenhum outro ato (reedição, prorrogação de prazo etc.), pois elas ganharam vigência por prazo

indeterminado por força, pura e exclusivamente, do art. 2º da EC nº 32/2001.

2) (ESAF/PFN/2004) Consideram-se sem eficácia todas as medidas provisórias editadas antes do advento da Emenda Constitucional no 32/2001 (que conferiu novo regime a esse instrumento normativo), que não foram reeditadas pelo Presidente da República depois da Emenda e não foram convertidas em lei pelo Congresso Nacional no prazo constitucional.

Item ERRADO.

Comentários.

Essa assertiva tem o mesmo conteúdo da Questão 1, acima examinada, ou seja, essas medidas provisórias antigas continuam em vigor até que sejam revogadas ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional (EC nº 32/2001, art. 2º). Para essa continuidade de vigência, por prazo indeterminado, não é exigida nenhuma reedição da medida provisória depois da promulgação da EC nº 32/2001, tampouco prorrogação do seu prazo de eficácia, pois a vigência por prazo indeterminado decorre, pura e simplesmente, do art. 2º da EC nº 32/2001.

3) (CESPE/ANALISTA/STM/2004) Considere a seguinte situação hipotética. O presidente da República edita medida provisória dispondo sobre produção e comercialização de soja transgênica entre dois Estados membros da Federação. Nesse caso, nenhum dos governadores, identificando inconstitucionalidade, poderá propor ação direta de inconstitucionalidade questionando a supremacia da Carta, uma vez que as medidas provisórias não estão sujeitas ao controle de constitucionalidade.

Item ERRADO.

A medida provisória tem força de lei desde a sua edição (CF, art. 62), independentemente de sua apreciação pelo

Congresso Nacional. A atuação do Congresso Nacional será para convertê-la em lei ou rejeitá-la, mas, frise-se, “força de lei” ela já possui desde que publicada pelo Presidente da República. Ora, se a medida provisória já possui força de lei desde a edição, poderá ser objeto de controle de constitucionalidade desde então.

Mesmo antes da apreciação do Congresso Nacional, a medida provisória poderá ser impugnada na **via concreta**, por qualquer pessoa prejudicada pelos seus termos (em mandado de segurança, por exemplo), perante o juízo competente.

Poderá, também, ser discutida a sua validade na **via abstrata**, a partir da propositura por um dos legitimados pela Constituição (CF, art. 103, I ao IX) de uma das ações especiais dessa via de controle (ADIN, ADECON ou ADPF) perante o STF – desde que, obviamente, sejam cumpridos os requisitos para a propositura dessas ações, que serão oportunamente estudados, quando examinarmos o assunto controle de constitucionalidade das leis.

4) (ESAF/GESTOR FAZENDÁRIO/MG/2005) O Estado-membro não pode prever na sua Constituição a possibilidade de o Governador do Estado editar medidas provisórias.

Item ERRADO.

Comentários.

Embora inexista autorização expressa na Constituição Federal, o STF firmou entendimento de que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem adotar, nas suas normas de organização (Constituição e Lei Orgânica) a espécie normativa medida provisória.

Vale lembrar que os entes federados dispõem de discricionariedade para adotarem, ou não, a espécie medida provisória, mas **não** são livres para estabelecer o seu processo legislativo. Uma vez adotada a medida provisória, estará o ente federado obrigado a observar as regras da Constituição Federal sobre o processo legislativo das medidas

provisórias, pois, segundo o STF, as regras básicas do processo legislativo federal são de observância obrigatória pelos Estados, Distrito Federal e Municípios – fazendo-se, evidentemente, as devidas adequações, haja vista que o Poder Legislativo nos Estados, Distrito Federal e Municípios é unicameral.

5) (CESPE/AUDITOR/TCU/2004) A votação das medidas provisórias sempre se inicia na Câmara dos Deputados.

Item CERTO.

Comentários.

A partir da EC nº 32/2001 o processo legislativo de apreciação das medidas provisórias passou a ser bicameral (apreciação, em separado, pelas duas Casas do Congresso Nacional), iniciando-se a votação, sempre, pela Câmara dos Deputados (CF, art. 62, § 8º).

6) (ESAF/AFC/2002) As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados. Antes, porém, caberá a uma comissão da Câmara dos Deputados examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer.

Item ERRADO.

Comentários.

As medidas provisórias são apreciadas nas duas Casas do Congresso Nacional, em separado, iniciando-se a votação, sempre, na Câmara dos Deputados (CF, art. 62, § 8º).

Porém, antes da deliberação das Casas Legislativas, caberá a uma **comissão mista** de Deputados e Senadores examiná-las e sobre elas emitir parecer (CF, art. 62, § 9º).

Observe que o papel constitucional da comissão mista não será o de deliberar definitivamente sobre as medidas provisórias, mas sim o de emitir um parecer sobre elas, para o fim de auxiliar/acelerar a apreciação pelo Plenário das duas Casas do Congresso Nacional.

O item está errado porque afirma que a comissão será da Câmara dos Deputados, mas na verdade a comissão é **mista**, integrada por Deputados e Senadores – afinal, o parecer por ela emitido será ulteriormente apreciado pelas duas Casas do Congresso Nacional, fazendo todo sentido, portanto, que seja ela (a comissão) integrada por Deputados e Senadores.

7) (CESPE/TCRN/2004) Antes da EC nº 32/2001, era ela submetida ao crivo do Congresso Nacional, deliberando as duas Casas legislativas em sessão conjunta. Atualmente, a competência para apreciação passou a ser das duas Casas separadamente, impondo-se, inclusive, que a votação tenha início no Senado Federal.

Item ERRADO.

Comentários.

A EC nº 32/2001, de fato, modificou o processo legislativo de apreciação das medidas provisórias, que passou a ser bicameral, isto é, apreciado em separado pelas duas Casas do Congresso Nacional (no regime anterior, a apreciação era em sessão conjunta do Congresso Nacional).

Cabe destacar, ainda, que a deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais (CF, art. 62, § 5º).

Significa dizer que as duas Casas do Congresso Nacional, antes de apreciarem o mérito das medidas provisórias, têm a obrigação constitucional de emitir um juízo expresso sobre a presença (ou não) dos seus pressupostos constitucionais de urgência e relevância.

Atualmente, portanto, se for convertida em lei uma medida provisória editada sem a presença dos pressupostos constitucionais, o Poder Legislativo não poderá, ulteriormente, criticar apenas o Chefe do Poder Executivo pelo ocorrido, haja vista que as duas Casas Legislativas terão concordado com a

edição da medida provisória, ao firmarem o citado juízo prévio, antes do exame do mérito.

O item está errado porque a votação das medidas provisórias é iniciada na Câmara dos Deputados, e **não** no Senado Federado.

8) (ESAF/GESTOR/MPOG/2002) Com relação às medidas provisórias, como hoje se encontram reguladas na Constituição, assinale a opção correta.

a) Medida provisória não pode agravar a pena máxima prevista em lei para um crime, mas pode diminuir essa mesma pena máxima.

b) Medida provisória pode alterar dispositivo de lei orçamentária.

c) Medida provisória pode criar vantagens pecuniárias para servidores públicos.

d) Medida provisória pode alterar dispositivo do Código de Processo Civil.

e) Medida provisória pode alterar dispositivo do Código de Processo Penal.

Gabarito: "C".

Comentários.

Essa questão nos remete às limitações constitucionais à edição de medida provisória, na forma examinada a seguir.

Medida provisória tem força de lei e, portanto, pode substituir lei ordinária. Porém, não é correto afirmar que medida provisória pode tratar de qualquer matéria ordinária, pois existem limitações estabelecidas expressamente na Constituição Federal à edição de medida provisória.

São quatro dispositivos constitucionais que estabelecem as limitações à edição de medida provisória, que deverão ser obrigatoriamente memorizados pelo candidato, a saber:

Art. 25, § 2º - é vedada a adoção de medida provisória para regulamentar a exploração dos serviços locais de gás canalizado.

Essa vedação dirige-se, na verdade, aos governadores de Estado, naqueles Estados que optaram pela adoção de medida provisória no seu âmbito, haja vista que a competência para regulamentar a exploração dos serviços locais de gás canalizado pertence ao Estado. Portanto, não faz sentido essa vedação dirigir-se ao Presidente da República.

Art. 62, § 1º - é vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

- relativa a nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral; direito penal, processual penal e processual civil; organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros; planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvada a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública;
- que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;
- reservada a lei complementar;
- já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

Art. 246 - é vedada a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada entre 1º de janeiro de 1995 até a promulgação da EC 32/2001, inclusive.

Como se vê, essa vedação incide, apenas, sobre aqueles artigos da Constituição Federal que tenham sido alterados por emenda entre um período específico: 1º de janeiro de 1995

até a data da promulgação da EC nº 32/2001, incluindo os artigos alterados por esta emenda.

Portanto, artigos da Constituição Federal cuja redação tenha sido alterada em data anterior à 1º de janeiro de 1995, ou posterior à data da promulgação da EC nº 32/2001 (isto é, a partir da EC nº 33) estão livres dessa vedação.

Art. 73 do ADCT – é vedada a adoção de medida provisória para regular o Fundo Social de Emergência.

Essa vedação não faz mais sentido na atualidade, haja vista que o Fundo Social de Emergência vigorou somente até 31/12/1999, mas, ainda assim, é melhor o candidato saber da sua existência.

A resposta correta é a assertiva “C”, pois **não** há vedação constitucional à utilização de medida provisória para criar vantagens pecuniárias para servidores públicos. As outras assertivas estão erradas porque se referem a matérias expressamente vedadas pelo art. 62, § 1º, da Constituição (direito penal, matéria orçamentária, direito processual civil e direito processual penal).

Vale repisar: é indispensável que o candidato memorize essas vedações à adoção de medida provisória, pois elas são reiteradamente cobradas em concursos públicos.

9) (ESAF/AFC/STN/2005) É vedada a edição de medida provisória sobre matéria relativa a créditos adicionais e suplementares, salvo para atender a despesas imprevisíveis e urgentes.

Item CERTO.

Comentários.

Estabelece a Constituição Federal que é vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, **ressalvado o previsto no art. 167, § 3º** (CF, art. 62, § 1º, I, d).

Essa ressalva diz respeito à abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, situação em que é expressamente admitida a utilização de medida provisória (CF, art. 167, § 3º).

10) (ESAF/AGU/2002) Os direitos individuais não podem ser regulados por medida provisória.

Item ERRADO.

Comentários.

Não há vedação à regulação dos direitos fundamentais, ainda que de natureza individual, por meio de medida provisória. Se não há vedação constitucional expressa, é porque, implicitamente, a Constituição permite essa regulação.

Esse assunto é muito cobrado em prova porque a Constituição Federal veda a regulação de direitos individuais por meio de lei delegada (CF, art. 68, § 1º). Daí, parte da doutrina (sob a liderança do Prof. José Afonso da Silva) desenvolveu uma tese jurídica segundo a qual as matérias que não podem ser reguladas por lei delegada não poderiam, também, ser reguladas por medida provisória. Afinal, se nem o Congresso Nacional pode autorizar o Presidente da República a regulá-las por lei delegada, muito menos poderia o Presidente da República discipliná-las por medida provisória.

Acontece, porém, que essa tese jurídica – bastante razoável, diga-se de passagem! – não foi aceita pela jurisprudência do STF. Entendeu o STF que medida provisória pode regular matéria vedada à lei delegada, desde que diante de urgência e relevância.

Portanto, não confunda numa prova as vedações constitucionais à utilização de medida provisória (CF, art. 62, § 1º) com as vedações constitucionais à delegação legislativa, à lei delegada (CF, art. 68, § 1º).

11) (ESAF/PFN/2004) O presidente da República não pode editar medida provisória para revogar outra medida provisória ainda não apreciada pelo Congresso Nacional.

Item ERRADO.

Comentários.

Segundo a jurisprudência do STF, o Presidente da República **pode** revogar medida provisória ainda não apreciada pelo Congresso Nacional.

Observe que nesse caso teremos um ato normativo provisório, depende de apreciação do Congresso Nacional, sendo revogado por outro ato provisório, também dependente de apreciação do Congresso Nacional. Enfim, é o precário revogando o precário!

Em razão dessa complexidade jurídica, foi necessário que o STF firmasse um entendimento sobre a revogação de uma medida provisória por outra. Explicarei essa orientação do STF a seguir, partindo de uma situação hipotética, para facilitar na compreensão.

Suponha que o Presidente da República tenha editado uma primeira medida provisória (MP1), submetendo-a de imediato à apreciação do Congresso Nacional. Noventa dias depois, edita uma segunda medida provisória (MP2), revogando a primeira (MP1). Nessa situação, teremos o seguinte:

- **Na publicação da MP2:** fica suspensa a eficácia da MP1, até a apreciação da MP2 pelo Congresso Nacional;
- **Na apreciação da MP2:** se houver sua conversão em lei, opera-se a efetiva revogação da MP1; se houver sua rejeição, a eficácia da MP1 é restaurada, pelo prazo que lhe restava (na hipótese apresentada, por mais trinta dias: 120 dias – 90 dias = 30 dias).

12) (ESAF/AFRF/2002) O Presidente da República pode retirar da apreciação do Congresso Nacional medida provisória recém-editada.

Item ERRADO.

Comentários.

O STF não admite a retirada pelo Presidente da República de medida provisória por ele submetida à apreciação do Congresso Nacional. Houve essa tentativa, com a Presidência da República encaminhando um ofício ao Congresso Nacional pleiteando a retirada de determinada medida provisória da pauta, mas o STF – felizmente! – a considerou inconstitucional.

Entendeu o STF que como a medida provisória tem força de lei desde a sua edição, o Presidente da República perde o seu poder de disposição sobre ela quando a publica e encaminha à apreciação do Congresso Nacional.

Porém, o Presidente da República poderá editar uma nova medida provisória para **revogar** a medida provisória ainda não apreciada pelo Congresso Nacional, aspecto examinado no item precedente desta aula. Mas, nesse caso, não se trata de **retirada**, mas sim de **revogação**, com efeitos meramente prospectivos, daí por diante (ex nunc).

Não passe batido na hora da prova: o Presidente da República **não poderá retirar** do Congresso Nacional medida provisória submetida à sua apreciação, mas **poderá revogá-la**, por meio da edição de outra medida provisória.

13) (CESPE/ADAPTADA) As MPs perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de quarenta e cinco dias, contado da sua publicação, prorrogável uma única vez por igual período.

Item ERRADO.

Comentários.

Editada a medida provisória, começam a correr, a partir da sua publicação, dois prazos distintos: (a) um prazo para eficácia da medida provisória, para que o Congresso Nacional conclua o processo legislativo de sua apreciação; e (b) um prazo para o trancamento da pauta da Casa Legislativa em que estiver tramitando.

O prazo de eficácia da medida provisória, durante o qual o Congresso Nacional deverá concluir o processo legislativo de sua apreciação, é de sessenta dias, prorrogável por uma única vez por igual período (CF, art. 62, § 3º). A prorrogação é automática, por força do próprio texto constitucional. Só é necessário um requisito para que haja a prorrogação: os primeiros sessenta dias não serem suficientes para a conclusão do processo legislativo de apreciação da medida provisória.

Essa prorrogação do prazo de eficácia da medida provisória não pode ser confundida com **reedição** da medida provisória. Não se trata de reeditar (editar novamente) o mesmo ato. É a mesma medida provisória que adquire um novo prazo de eficácia, pela prorrogação automática do prazo inicial de sessenta dias. A reedição, conforme veremos adiante, é a edição de uma nova medida provisória pelo Presidente da República, na hipótese de a medida provisória anteriormente editada ter sido rejeitada expressamente ou perdido a eficácia por decurso de prazo.

O prazo para o trancamento da pauta da Casa Legislativa em que a medida provisória estiver tramitando é de quarenta e cinco dias, improrrogável (CF, art. 62, § 6º). Esgotado esse prazo de quarenta e cinco dias, contado da publicação, sem a conclusão da apreciação da medida provisória, esta entrará em regime de urgência, subsequente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando (CF, art. 62, § 6º).

Exemplificando: se o prazo de quarenta e cinco dias expirar na Câmara dos Deputados (Casa iniciadora obrigatória no processo legislativo de medida provisória), a medida

provisória entrará em regime de urgência e trancará a pauta dessa Casa Legislativa, não permitindo a deliberação sobre nenhuma outra matéria, até que se ultime a votação da medida provisória; ulteriormente, quando a Câmara dos Deputados ultimar a votação da medida provisória, haverá a liberação de sua pauta de votação, e a medida provisória será encaminhada ao Senado Federal; chegando ao Senado Federal, a medida provisória entrará, de pronto, em regime de urgência, trancando a pauta desta Casa Legislativa (não haverá nova contagem do prazo de quarenta e cinco dias na segunda Casa Legislativa; a contagem de quarenta e cinco dias é uma só, a partir da publicação da medida provisória); se o Senado Federal modificar substancialmente a matéria (emendar), a medida provisória retornará à Câmara dos Deputados, para exame das emendas, e já entrará, de imediato, em regime de urgência, trancando novamente a pauta de votação, até que se ultime a sua votação.

Esses prazos – para apreciação e para trancamento de pauta - não correm durante os períodos de recesso do Congresso Nacional (CF, art. 62, § 4º), exceto se houver convocação extraordinária do Congresso Nacional. Havendo convocação extraordinária do Congresso Nacional, as medidas provisórias em vigor na data da convocação serão automaticamente incluídas na pauta de votação (CF, art. 57, § 8º). Ora, se serão automaticamente incluídas na pauta de votação é porque estarão em apreciação e, portanto, haverá contagem dos prazos durante a sessão extraordinária. Terminada a convocação extraordinária, suspende-se novamente a contagem, se ainda remanescer o período de recesso do Congresso Nacional.

Ocorrendo o trancamento de pauta da Casa Legislativa, a ulterior liberação da pauta poderá se dar: (a) pela ultimação da votação da medida provisória; (b) pela perda da eficácia da medida provisória por decurso de prazo (expiração do prazo de sessenta dias, prorrogável por mais sessenta dias, sem a ultimação da votação da medida provisória); (c) pela

revogação da medida provisória por outra medida provisória editada pelo Presidente da República.

14) (CESPE/TCRN/2004) Se o Congresso Nacional não editar, no prazo de sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia da MP, decreto legislativo que discipline as relações jurídicas nascidas em sua vigência, estas permanecerão por ela regidas. O Congresso Nacional passa, assim, a ter o ônus de legislar acerca das relações jurídicas surgidas durante a vigência de MPs não-convertidas em lei, sob pena de manter-se a regulação presidencial sobre elas.

Item CERTO.

Comentários.

Quando uma medida provisória é rejeitada expressamente pelo Congresso Nacional (rejeição expressa), ou quando perde sua eficácia por decurso de prazo (rejeição tácita), o Congresso Nacional tem o prazo de sessenta dias, a partir da data de rejeição, para editar um decreto legislativo disciplinando as relações jurídicas dela decorrentes (CF, art. 62, § 3º). Enfim, o Congresso Nacional tem um prazo de sessenta dias a contar da rejeição – tácita ou expressa – para editar um decreto legislativo disciplinando as relações jurídicas que, em decorrência da medida provisória, consolidaram-se durante a sua vigência (no período entre a publicação e a rejeição).

Se o Congresso Nacional não editar o decreto legislativo no prazo de sessenta dias, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência da medida provisória conservar-se-ão regidas pelo texto desta (CF, art. 62, § 11).

Portanto, de fato, a Constituição Federal impôs um ônus ao Congresso Nacional no caso de rejeição – tácita ou expressa – de medida provisória, que é o ônus de editar um decreto legislativo, no prazo de sessenta dias a contar da rejeição, para disciplinar as relações jurídicas dela decorrentes. Se o Congresso não editar o decreto legislativo nesse prazo de

sessenta dias, prevalecerá a vontade do Presidente da República para as relações jurídicas do período, pois estas permanecerão regidas pelo texto originário da medida provisória.

15) (CESPE/AGU/2004) Após a aprovação do projeto de lei de conversão pelo Congresso Nacional e de seu envio à sanção presidencial, permanece em vigência a medida provisória (MP) correspondente, apenas pelo período que lhe reste do prazo de 120 dias contados da data de sua publicação; caso transcorra o período restante de vigência da MP antes da sanção do projeto de lei de conversão, ela será considerada revogada, cabendo ao Congresso Nacional, por decreto legislativo, disciplinar as relações jurídicas dela decorrentes.

Item ERRADO.

Comentários.

Quando o Congresso Nacional modifica a medida provisória submetida à sua apreciação (hipótese de conversão parcial de medida provisória), a medida provisória é transformada num **Projeto de Lei de Conversão** (PLV). Significa dizer, em simples palavras, que o Congresso Nacional elabora, a partir da medida provisória apresentada pelo Presidente da República, um projeto de lei de conversão (PLV), por não concordar integralmente com o texto adotado pelo Chefe do Executivo.

Se esse PLV for aprovado, será ele encaminhado ao Presidente da República para sanção ou veto – afinal, foram introduzidas modificações na matéria pelo Congresso Nacional, e o Presidente da República deverá manifestar-se sobre essas modificações.

Pois bem, nessa situação, quando o PLV é aprovado e encaminhado ao Presidente da República para sanção ou veto, determina a Constituição Federal que a medida provisória manter-se-á integralmente em vigor até que o PLV seja sancionado ou vetado (CF, art. 62, § 12), **ainda que ultrapassado o prazo constitucional de eficácia da**

medida provisória (sessenta dias prorrogáveis por mais sessenta dias, descontados os períodos de recesso do Congresso Nacional).

Essa regra foi estabelecida para evitar-se um vazio jurídico sobre a matéria entre a aprovação do PLV e a data de sua sanção ou veto pelo Presidente da República. Se não existisse essa regra e o PLV fosse aprovado no último dia de vigência da medida provisória, teríamos um vazio jurídico entre a aprovação do PLV e a sanção ou veto do Presidente da República. Afinal, neste período a medida provisória não produziria mais eficácia (em virtude da perda de sua eficácia por decurso de prazo) e o PLV também ainda não estaria regulando a matéria (pois ainda dependeria da sanção do Presidente da República). Por força dessa regra constitucional, nesse período – entre a aprovação do PLV e a sanção ou veto do Presidente da República – a medida provisória manter-se-á integralmente em vigor, **ainda que ultrapassado o prazo constitucional de sua eficácia**.

Importante observar que nessa hipótese a medida provisória poderá ter uma vigência superior ao prazo constitucional de cento e vinte dias (sessenta dias, prorrogáveis por mais sessenta dias), haja vista que permanecerá integralmente em vigor até que o PLV seja sancionado ou vetado, **ainda que ultrapassado o prazo de cento e vinte dias**.

A assertiva está errada porque afirma que a medida provisória será considerada revogada se o prazo constitucional de sua eficácia expirar antes da sanção ou veto do Presidente da República. Como vimos, ainda que expirado esse prazo, a medida provisória manter-se-á em vigor até que o PLV seja sancionado ou vetado pelo Presidente da República.

16) (ESAF/PFN/2004) A Emenda Constitucional nº 32/2001 proíbe o uso de medida provisória para criar ou majorar tributos, tornando superada a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que o admitia.

Item ERRADO.

Comentários.

A EC nº 32/2001 **não** proíbe a edição de medida provisória para criar ou majorar tributos. Ao contrário, o atual texto constitucional admite explicitamente a instituição ou majoração da espécie tributária imposto por meio de medida provisória (CF, art. 62, § 2º).

Deve-se ressaltar, apenas, que **não** é correto afirmar que medida provisória pode instituir ou majorar **todos** os tributos previstos na Constituição Federal. Isso porque a Constituição exige lei complementar para a instituição de alguns tributos e, conforme vimos, medida provisória não pode disciplinar matéria reservada à lei complementar (CF, art. 62, § 1º, III).

Assim, medida provisória não pode instituir: (a) empréstimo compulsório (CF, art. 148); (b) novos impostos residuais (CF, art. 154, I); (c) novas contribuições residuais de seguridade social (CF, art. 195, § 4º); imposto sobre grandes fortunas (CF, art. 153, VII).

17) (CESPE/ANALISTA/TCU/2004) Se o presidente da República tivesse editado uma medida provisória majorando o imposto sobre produtos industrializados em 28/11/2003, essa majoração só produziria efeitos em 2004 caso a medida provisória tivesse sido convertida em lei até 31/12/2003.

Item ERRADO.

Comentários.

Determina a Constituição Federal que medida provisória que implique instituição ou majoração de **impostos** só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada (CF, art. 62, § 2º).

Essa exigência de conversão em lei da medida provisória até o último dia do exercício financeiro (e não somente a sua publicação!) veio para moralizar a aplicação do princípio da anterioridade tributária (CF, art. 150, III, b), evitando que

uma medida provisória publicada em 31/12/2003 institua ou majore imposto sujeito à anterioridade, permitindo a sua incidência sobre fatos geradores ocorridos já a partir do dia seguinte (01/01/2004).

Porém, esse mesmo dispositivo constitucional estabelece que essa regra **não** se aplica aos impostos sobre: importação de produtos estrangeiros (II); exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados (IE); produtos industrializados (IPI); operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF); impostos extraordinários (IEG).

Esses impostos que não sofrem a aplicação dessa exigência são justamente aqueles que não se sujeitam ao princípio da anterioridade (CF, art. 150, § 1º). Se não se sujeitam ao princípio da anterioridade, não há razões para aplicação dessa regra de exigência da conversão da medida provisória em lei até o último dia do exercício financeiro em que editada.

Importante destacar que essa regra do art. 62, § 2º, só se aplica a **impostos (excepcionados o II, IE, IPI, IOF e IEG)**, e não a todas as espécies tributárias. Não é aplicável, portanto, à instituição ou majoração de taxas, de contribuições de melhoria e de contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

18) (ESAF/AFRE/RN/2005) A medida provisória que implique majoração de impostos só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se for convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada, não se aplicando essa regra ao imposto de renda.

Item ERRADO.

Comentários.

Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia do exercício

financeiro daquele em que foi editada, não se aplicando essa regra ao II, IE, IOF, IPI e IEG (CF, art. 62, § 2º).

O item está errado porque se refere ao imposto de renda, imposto que não é excepcionado da aplicação dessa regra.

19) (CESPE/TCRN/2004) Com o advento da EC nº 32/2001, passou a ser admitida a reedição, na mesma sessão legislativa, uma única vez, de MP que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido a eficácia por decurso de prazo.

Item ERRADO.

Comentários.

A partir da EC 32/2001 só é permitida a reedição de medida provisória rejeitada expressamente ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo em **sessão legislação distinta** daquela em que se deu a rejeição ou a perda de eficácia por decurso de prazo (CF, art. 62, § 10).

Portanto, ainda hoje é possível a reedição de medida provisória, mas somente em sessão legislação distinta daquela em que se deu a rejeição ou a perda de eficácia por decurso de prazo. Na mesma sessão legislativa, mesmo que supostamente presentes os pressupostos de urgência e relevância, não poderá o Presidente da República reeditar a mesma matéria por meio de medida provisória.

20) (CESPE/INSS/1997) Sabendo que a Emenda Constitucional nº 11, de 1996, estabeleceu que é facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei, é correto afirmar que o presidente da República não pode expedir medida provisória para regular a admissão desses professores, técnicos e cientistas estrangeiros no quadro das universidades.

Item CERTO.

Comentários.

Se essa matéria foi disciplinada pela EC nº 11, promulgada em 1996, certamente não poderá ser regulamentada por medida provisória, pois há, nessa situação, a incidência da vedação estabelecida no art. 246 da Constituição, segundo a qual é vedada a regulamentação por medida provisória de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por emenda entre 1º/01/1995 até a EC nº 32/2001, inclusive.

Valorize essa limitação do art. 246 da Constituição Federal, pois, em questões inteligentes como esta, que não fazem nenhuma referência expressa à vedação em si, não será fácil na hora da prova, na corrida contra o tempo, o candidato lembrar dessa regra demasiadamente específica...

21) (CESPE/AUDITOR/TCU/2004) A Constituição da República permite ao presidente da República a edição de medidas provisórias sobre direito do trabalho.

Item CERTO.

Comentários.

Conforme vimos, o atual texto constitucional consagra diversas vedações expressas à edição de medida provisória, especialmente no art. 62, § 1º, da Constituição.

Em face da introdução dessas vedações expressas na Constituição Federal, temos o seguinte: se não há uma vedação expressa à utilização de medida provisória para disciplinar determinada matéria, é porque sua regulação por medida provisória é implicitamente permitida (se a Constituição não proíbe expressamente, é porque implicitamente permite).

Assim, como **não** há uma vedação expressa à utilização de medida provisória para regular direito do trabalho, entende-se que a sua regulação por medida provisória é permitida.

22) (ESAF/PFN/2004) Uma medida provisória pode ter vigência superior a 120 dias, sem que o Presidente da República a reedite.

Item CERTO.

Comentários.

Sabe-se que, em regra, o prazo de eficácia da medida provisória é de cento e vinte dias, resultado da soma de sessenta dias prorrogáveis por mais sessenta dias (CF, art. 62, § 3º).

Porém, **não** é correto afirmar que o prazo máximo de eficácia de uma medida provisória é de cento e vinte dias, por dois motivos.

Primeiro, porque na contagem desse prazo não são computados os períodos de recesso do Congresso Nacional (CF, art. 62, § 4º). Assim, se uma medida provisória for editada em 16/12/2005 (durante o período de recesso, portanto), a contagem do prazo só será iniciada em 15/02/2006 (data de reinício dos trabalhos parlamentares, após o término do recesso). Só haverá contagem do prazo durante os períodos de recesso se houver convocação extraordinária do Congresso Nacional, pois nesse caso as medidas provisórias em vigor na data da convocação extraordinária serão automaticamente incluídas na pauta de votação (CF, art. 57, § 8º). Ora, se serão incluídas automaticamente na pauta de votação, é porque estarão em apreciação, devendo ser computado o respectivo período na contagem.

Segundo porque vimos que no caso de aprovação de projeto de lei de conversão (PLV) alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o PLV, **ainda que ultrapassado o prazo de cento e vinte dias** (CF, art. 62, § 12).

Portanto, nessas duas hipóteses – recesso do Congresso Nacional e conversão parcial da medida provisória, com a elaboração de um PLV - a medida provisória poderá ter vigência superior a cento e vinte dias.

23) (ESAF/PFN/2004) A medida provisória não é instrumento apto para dispor sobre matéria de direito penal, exceto quando favorece o indivíduo contra a ação persecutória penal do Estado.

Item ERRADO.

Comentários.

A Constituição Federal veda a edição de medida provisória sobre matéria relativa a direito penal (CF, art. 62, § 1º, I, *b*), não fazendo nenhuma distinção quanto ao conteúdo a ser tratado no âmbito do direito penal.

24) (ESAF/MPOG/2000/Adaptada) - Assinale a opção correta.

a) Cabe exclusivamente ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo a análise dos pressupostos da urgência e da relevância das medidas provisórias.

b) Por ter força de lei, uma medida provisória pode definir fato como crime.

c) Medida provisória não pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

d) Não há impedimento a que, em seguida à rejeição da medida provisória pelo Congresso Nacional, na mesma sessão legislativa, o Presidente da República a reedite.

e) Não afronta o princípio da legalidade em matéria tributária o aumento de imposto por meio de medida provisória.

Gabarito: "E".

Comentários.

Assertiva "A". Embora a regra seja a apreciação dos pressupostos de urgência e relevância das medidas provisórias ficar a cargo dos Poderes Executivo e Legislativo, o Poder Judiciário pode, excepcionalmente, diante de abuso do Presidente da República, examinar a presença desses pressupostos.

Esse o entendimento do STF sobre a matéria, no sentido de permitir o excepcional controle judicial dos pressupostos de urgência e relevância para a edição de medida provisória, sempre que caracterizado abuso do Presidente da República.

Em concurso público, o candidato deve tomar cuidado com o enunciado da questão, pois se é certo que o Poder Judiciário pode, excepcionalmente, apreciar os pressupostos de urgência e relevância para edição de medida provisória, é também certo simplesmente afirmar-se que o Poder Judiciário pode apreciar esses pressupostos (sem menção ao caráter de excepcionalidade). Enfim, se o Poder Judiciário pode apreciá-los excepcionalmente, é porque pode apreciá-los (não há necessidade de o enunciado referir-se, expressamente, ao “excepcionalmente”).

Assertiva “B”. Medida provisória não pode dispor sobre matéria relativa a direito penal, por expressa vedação constitucional (CF, art. 62, § 1º, I, b).

Assertiva “C”. Medida provisória ainda não convertida em lei pode ser objeto de controle de constitucionalidade, seja na via concreta (mandado de segurança, ação popular etc.), a partir de iniciativa de qualquer pessoa prejudicada pelos seus termos, seja na via abstrata (ADIN, ADECON ou ADPF), a partir de proposta de um dos legitimados pela Constituição Federal (CF, art. 103, I ao IX).

Assertiva “D”. Medida provisória rejeitada expressamente pelo Congresso Nacional (rejeição expressa), ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo (rejeição tácita) só pode ser reeditada em sessão legislativa distinta daquela em que se deu a rejeição (CF, art. 62, § 10).

Assertiva “E”. Essa a assertiva correta, pois **não** há vedação constitucional à utilização de medida provisória para dispor sobre direito tributário, podendo, portanto, essa espécie normativa instituir ou majorar imposto. Ademais, a partir da EC nº 32/2001, o texto constitucional passou a admitir explicitamente a instituição ou majoração de impostos por medida provisória (CF, art. 62, § 2º).

25) (ESAF/AFC/2000) O Congresso Nacional, ao apreciar uma medida provisória, não pode converter em lei apenas parte do texto sob a sua apreciação. Deve aprová-lo integralmente ou rejeitá-lo de todo.

Item ERRADO.

Comentários.

A Constituição Federal admite expressamente a **conversão parcial** de medida provisória em lei, hipótese em que o Congresso Nacional elabora, a partir da medida provisória apresentada pelo Presidente da República, um projeto de lei de conversão (PLV) e o encaminha ao Chefe do Executivo para sanção ou veto (CF, art. 62, § 12).

Em verdade, quando uma medida provisória é editada pelo Presidente da República e submetida à apreciação do Congresso Nacional, essa medida provisória poderá: (a) ser integralmente convertida em lei; (b) ser parcialmente convertida em lei, por meio da elaboração de um PLV; (c) ser integralmente rejeitada pelo Congresso Nacional (rejeição expressa); (d) perder a sua eficácia por decurso de prazo (rejeição tácita); ou (e) ser revogada por outra medida provisória.

26) (ESAF/AFC/2000) Embora a doutrina e a jurisprudência apontem matérias sobre as quais o Presidente da República não pode editar medidas provisórias, o texto constitucional não consigna limitação explícita de conteúdo a esse poder.

Item ERRADO.

Comentários.

A Constituição Federal estabelece, explicitamente, limitações à utilização de medida provisória em relação a certas

matérias, já vistas anteriormente (CF, arts. 25, § 2º; 62, § 1º; 246; ADCT, art. 73).

27) (ESAF/AFC/2000) O Supremo Tribunal Federal pode declarar inconstitucional uma medida provisória, por considerar não preenchidos os pressupostos formais da relevância e urgência para a sua edição.

Item CERTO.

Comentários.

Conforme visto anteriormente, embora a regra seja a apreciação dos pressupostos de urgência e relevância para edição de medida provisória ficar a cargo do Chefe do Poder Executivo (ao editá-la) e das Casas do Poder Legislativo (ao apreciá-la), o Poder Judiciário também poderá examiná-los, para o fim de declarar a inconstitucionalidade da medida provisória na hipótese do desatendimento desses pressupostos.

28) (ESAF/GESTOR/MPOG/2002) Ainda sobre as medidas provisórias, como atualmente estão previstas na Constituição, assinale a opção correta.

a) A medida provisória rejeitada pelo Congresso Nacional pode ser reeditada em sessão legislativa diferente daquela em que se deu a rejeição.

b) O Judiciário não pode apreciar o atendimento dos requisitos de urgência e de relevância das medidas provisórias, uma vez que o exame desses pressupostos é essencialmente político.

c) Medida provisória é instrumento juridicamente inapto para criar ou majorar tributos.

d) Medida provisória não pode ser editada durante o período de recesso do Congresso Nacional.

e) Rejeitada a medida provisória, as relações jurídicas formadas na sua vigência continuam eficazes até que o

Congresso Nacional delibere a respeito por meio de Resolução conjunta do Senado e da Câmara dos Deputados.

Gabarito: "A"

Comentários.

Assertiva "A". Mesmo após a promulgação da EC nº 32/2001 continua sendo possível a reedição de medida provisória que tenha sido rejeitada pelo Congresso Nacional (rejeição expressa), ou que tenha perdido a sua eficácia por decurso de prazo (rejeição tácita), desde que em sessão legislativa distinta daquela em que se deu a rejeição (CF, art. 62, § 10).

Assertiva "B". Conforme visto anteriormente, embora a regra seja a apreciação dos pressupostos de urgência e relevância para edição de medida provisória ficar a cargo do Chefe do Poder Executivo (ao editá-la) e das Casas do Poder Legislativo (ao apreciá-la), o Poder Judiciário também poderá examiná-los, para o fim de declarar a inconstitucionalidade da medida provisória na hipótese do desatendimento desses pressupostos.

Assertiva "C". Não há vedação constitucional à edição de medida provisória para criar ou majorar tributos. Aliás, depois da EC nº 32/2001, passamos a ter autorização constitucional expressa para a criação ou majoração da espécie tributária impostos por medida provisória (CF, art. 62, § 2º).

Assertiva "D". Medida provisória pode ser editada no período de recesso do Congresso Nacional, não havendo, sequer, obrigação constitucional de convocação extraordinária do Congresso Nacional por esse motivo (a EC nº 32/2001 revogou a necessidade de convocação extraordinária, até então existente).

Atualmente, quando é editada uma medida provisória durante o período de recesso do Congresso Nacional, ela começa, desde a publicação, a regular normalmente a matéria com força de lei. A única distinção é que não correrão, durante o período de recesso, os prazos para sua apreciação e trancamento de pauta da Casa em que ela estiver tramitando (CF, art. 62, § 4º).

Ademais, se no período de recesso houver convocação extraordinária do Congresso Nacional, as medidas provisórias em vigor na data da convocação serão automaticamente incluídas na pauta de votação (CF, art. 57, § 8º). Nessa hipótese, durante o período da convocação extraordinária, haverá contagem dos prazos, pois, afinal, a medida provisória estará em apreciação.

Assertiva “E”. Com a rejeição da medida provisória pelo Congresso Nacional, ela perderá sua eficácia desde a edição, devendo o Congresso Nacional, no prazo de sessenta dias a contar da rejeição, editar um **decreto legislativo** disciplinando as relações jurídicas dela decorrentes (CF, art. 62, § 3º). Se o Congresso Nacional não editar o decreto legislativo no prazo de sessenta dias, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência da medida provisória conservar-se-ão por ela regidas (CF, art. 62, § 11).

29) (ESAF/GESTOR/MPOG/2002) Leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos e medidas provisórias situam-se no mesmo patamar no que tange à hierarquia das normas jurídicas.

Item CERTO.

Comentários.

Dispõe a Constituição Federal que o processo legislativo compreende a elaboração de: emendas à Constituição; leis complementares; leis ordinárias; leis delegadas; medidas provisórias; decretos legislativos e resoluções (CF, art. 59).

Dentre essas espécies normativas, a única que se situa num patamar hierárquico diferenciado é a emenda constitucional, que, por ser norma constitucional, encontra-se no mesmo nível hierárquico das normas constitucionais originárias, inseridas na Constituição no momento da sua elaboração.

Todas as demais espécies normativas do nosso processo legislativo - leis complementares, leis ordinárias, leis

delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções – encontram-se no mesmo patamar hierárquico. A distinção entre elas diz respeito à **reserva de matéria**, e não ao critério hierárquico. Assim, medida provisória não pode disciplinar matéria reservada à lei complementar, ou ao decreto legislativo, mas não por ser hierarquicamente inferior a essas duas espécies normativas, e sim porque a Constituição reservou certas matérias à lei complementar e ao decreto legislativo.

Portanto, ressalvada a emenda constitucional – que se situa em um patamar hierárquico superior, por ser norma constitucional -, todas as demais espécies que integram o nosso processo legislativo situam-se no mesmo nível hierárquico.

30) (ESAF/PROCURADOR/FORTALEZA/2002) É expressamente proibido que o Município adote o regime das medidas provisórias na sua lei orgânica.

Item ERRADO.

Comentários.

Assim como o Estado-membro poderá adotar medida provisória em sua Constituição, também o Município poderá adotar essa espécie normativa na sua Lei Orgânica.

31) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o prazo de 90 dias para cobrança da contribuição social de seguridade social, instituída por medida provisória, conta-se a partir do primeiro dia de vigência da medida provisória, independentemente de sua conversão em lei.

Item CERTO.

Comentários.

Estabelece a Constituição Federal que as contribuições de seguridade social só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver

instituído ou modificado (CF, art. 195, § 6º). Por força desse dispositivo constitucional, as contribuições de seguridade social **não** se sujeitam ao princípio da anterioridade, previsto no art. 150, III, *b*, da Constituição.

Se essas contribuições de seguridade social forem instituídas por medida provisória, o STF firmou entendimento de que a contagem do prazo de noventa dias deverá ser a partir da publicação da medida provisória, e não da conversão em lei da medida provisória pelo Congresso Nacional.

Anote-se que, por força desse entendimento, as contribuições de seguridade social poderão ser exigidas mesmo antes da conversão em lei da medida provisória, visto que o prazo para a conclusão do processo legislativo da medida provisória pelo Congresso Nacional (sessenta dias, prorrogáveis por mais sessenta dias) é superior aos noventa dias exigidos para a exigência.

Vale lembrar que apenas as **contribuições de seguridade social** - destinadas à saúde, previdência social e assistência social - não se sujeitam ao princípio da anterioridade, por força do art. 195, § 4º, da Constituição Federal. As demais contribuições – contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais e econômicas, previstas no art. 149 da CF/88 – sujeitam-se ao princípio da anterioridade.

32) (ESAF/PROCURADOR/DF/2004) É cabível o mandado de injunção nos casos em que o Congresso Nacional se mostra omissos em expedir decreto legislativo disciplinando as relações decorrentes de medida provisória não convertida em lei.

Item ERRADO.

Comentários.

Mandado de injunção é remédio constitucional para fazer face à falta de norma regulamentadora que esteja inviabilizando o

exercício de direito **previsto na Constituição**, de titularidade do impetrante (CF, art. 5º, LXXI).

Portanto, segundo a jurisprudência do STF, não cabe mandado de injunção diante da omissão do Congresso Nacional em expedir o decreto legislativo para disciplinar as relações jurídicas decorrentes de medida provisória não-convertida em lei (CF, art. 62, § 3º). Não é cabível mandado de injunção porque esta garantia constitucional é remédio para ser ajuizado diante da falta de norma regulamentadora de direito previsto **na Constituição** – e não de direito previsto em normas infraconstitucionais, como é o caso da medida provisória.

Se o Congresso Nacional não editar o decreto legislativo no prazo de sessenta dias, a contar da rejeição – expressa ou tácita – da medida provisória, a consequência será a seguinte: as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência da medida provisória conservar-se-ão por ela regidas (CF, art. 62, § 11).

LISTA DOS EXERCÍCIOS COMENTADOS NESTA AULA

1) (ESAF/PROCURADOR/BACEN/2002) Suponha que uma medida provisória, cuidando de matéria de Direito Processual Civil, haja sido editada 15 dias antes da promulgação da Emenda Constitucional nº 32/2001, que reformulou o regime constitucional desses instrumentos normativos. Quanto a tal medida provisória, que não foi até hoje apreciada pelo Congresso Nacional nem foi objeto de revogação por outra norma de semelhante status normativo-hierárquico, é correto afirmar:

a) como não foi convertida em lei antes da Emenda Constitucional nº 32/2001, e uma vez que trata de assunto que essa emenda vedou à regulação por meio de medida provisória, deve ser tida como revogada.

b) deve ser considerada como estando em vigor, desde que tenha sido reeditada antes de vencido o prazo de 30 dias que faltava para perder a eficácia no sistema constitucional anterior.

c) deve ser considerada como estando em vigor, mesmo não tendo sido reeditada depois do advento da Emenda Constitucional nº 32/2001.

d) não tendo sido convertida em lei antes da Emenda Constitucional nº 32/2001, e versando assunto que, depois dessa Emenda, ficou proibido de ser regulado por meio de medida provisória, deve ser considerada inconstitucional.

e) as normas da medida provisória continuam em vigor, uma vez que todas as medidas provisórias em vigor no momento da Emenda Constitucional nº 32/2001 tornaram-se definitivas, estando sujeitas ao mesmo regime constitucional das leis ordinárias.

2) (ESAF/PFN/2004) Consideram-se sem eficácia todas as medidas provisórias editadas antes do advento da Emenda Constitucional nº 32/2001 (que conferiu novo regime a esse instrumento normativo), que não foram reeditadas pelo Presidente da República depois da Emenda e não foram

convertidas em lei pelo Congresso Nacional no prazo constitucional.

3) (CESPE/ANALISTA/STM/2004) Considere a seguinte situação hipotética. O presidente da República edita medida provisória dispondo sobre produção e comercialização de soja transgênica entre dois Estados membros da Federação. Nesse caso, nenhum dos governadores, identificando inconstitucionalidade, poderá propor ação direta de inconstitucionalidade questionando a supremacia da Carta, uma vez que as medidas provisórias não estão sujeitas ao controle de constitucionalidade.

4) (ESAF/GESTOR FAZENDÁRIO/MG/2005) O Estado-membro não pode prever na sua Constituição a possibilidade de o Governador do Estado editar medidas provisórias.

5) (CESPE/AUDITOR/TCU/2004) A votação das medidas provisórias sempre se inicia na Câmara dos Deputados.

6) (ESAF/AFC/2002) As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados. Antes, porém, caberá a uma comissão da Câmara dos Deputados examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer.

7) (CESPE/TCRN/2004) Antes da EC nº 32/2001, era ela submetida ao crivo do Congresso Nacional, deliberando as duas Casas legislativas em sessão conjunta. Atualmente, a competência para apreciação passou a ser das duas Casas separadamente, impondo-se, inclusive, que a votação tenha início no Senado Federal.

8) (ESAF/GESTOR/MPOG/2002) Com relação às medidas provisórias, como hoje se encontram reguladas na Constituição, assinale a opção correta.

a) Medida provisória não pode agravar a pena máxima prevista em lei para um crime, mas pode diminuir essa mesma pena máxima.

b) Medida provisória pode alterar dispositivo de lei orçamentária.

- c) Medida provisória pode criar vantagens pecuniárias para servidores públicos.
- d) Medida provisória pode alterar dispositivo do Código de Processo Civil.
- e) Medida provisória pode alterar dispositivo do Código de Processo Penal.
- 9) (ESAF/AFC/STN/2005) É vedada a edição de medida provisória sobre matéria relativa a créditos adicionais e suplementares, salvo para atender a despesas imprevisíveis e urgentes.
- 10) (ESAF/AGU/2002) Os direitos individuais não podem ser regulados por medida provisória.
- 11) (ESAF/PFN/2004) O presidente da República não pode editar medida provisória para revogar outra medida provisória ainda não apreciada pelo Congresso Nacional.
- 12) (ESAF/AFRF/2002) O Presidente da República pode retirar da apreciação do Congresso Nacional medida provisória recém-editada.
- 13) (CESPE/ADAPTADA) As MPs perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de quarenta e cinco dias, contado da sua publicação, prorrogável uma única vez por igual período.
- 14) (CESPE/TCRN/2004) Se o Congresso Nacional não editar, no prazo de sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia da MP, decreto legislativo que discipline as relações jurídicas nascidas em sua vigência, estas permanecerão por ela regidas. O Congresso Nacional passa, assim, a ter o ônus de legislar acerca das relações jurídicas surgidas durante a vigência de MPs não-convertidas em lei, sob pena de manter-se a regulação presidencial sobre elas.
- 15) (CESPE/AGU/2004) Após a aprovação do projeto de lei de conversão pelo Congresso Nacional e de seu envio à sanção presidencial, permanece em vigência a medida provisória (MP) correspondente, apenas pelo período que lhe reste do prazo de 120 dias contados da data de sua publicação; caso

transcorra o período restante de vigência da MP antes da sanção do projeto de lei de conversão, ela será considerada revogada, cabendo ao Congresso Nacional, por decreto legislativo, disciplinar as relações jurídicas dela decorrentes.

16) (ESAF/PFN/2004) A Emenda Constitucional nº 32/2001 proíbe o uso de medida provisória para criar ou majorar tributos, tornando superada a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que o admitia.

17) (CESPE/ANALISTA/TCU/2004) Se o presidente da República tivesse editado uma medida provisória majorando o imposto sobre produtos industrializados em 28/11/2003, essa majoração só produziria efeitos em 2004 caso a medida provisória tivesse sido convertida em lei até 31/12/2003.

18) (ESAF/AFRE/RN/2005) A medida provisória que implique majoração de impostos só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se for convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada, não se aplicando essa regra ao imposto de renda.

19) (CESPE/TCRN/2004) Com o advento da EC nº 32/2001, passou a ser admitida a reedição, na mesma sessão legislativa, uma única vez, de MP que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido a eficácia por decurso de prazo.

20) (CESPE/INSS/1997) Sabendo que a Emenda Constitucional nº 11, de 1996, estabeleceu que é facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei, é correto afirmar que o presidente da República não pode expedir medida provisória para regular a admissão desses professores, técnicos e cientistas estrangeiros no quadro das universidades.

21) (CESPE/AUDITOR/TCU/2004) A Constituição da República permite ao presidente da República a edição de medidas provisórias sobre direito do trabalho.

22) (ESAF/PFN/2004) Uma medida provisória pode ter vigência superior a 120 dias, sem que o Presidente da República a reedite.

23) (ESAF/PFN/2004) A medida provisória não é instrumento apto para dispor sobre matéria de direito penal, exceto quando favorece o indivíduo contra a ação persecutória penal do Estado.

24) (ESAF/MPOG/2000/Adaptada) - Assinale a opção correta.

a) Cabe exclusivamente ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo a análise dos pressupostos da urgência e da relevância das medidas provisórias.

b) Por ter força de lei, uma medida provisória pode definir fato como crime.

c) Medida provisória não pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

d) Não há impedimento a que, em seguida à rejeição da medida provisória pelo Congresso Nacional, na mesma sessão legislativa, o Presidente da República a reedite.

e) Não afronta o princípio da legalidade em matéria tributária o aumento de imposto por meio de medida provisória.

25) (ESAF/AFC/2000) O Congresso Nacional, ao apreciar uma medida provisória, não pode converter em lei apenas parte do texto sob a sua apreciação. Deve aprová-lo integralmente ou rejeitá-lo de todo.

26) (ESAF/AFC/2000) Embora a doutrina e a jurisprudência apontem matérias sobre as quais o Presidente da República não pode editar medidas provisórias, o texto constitucional não consigna limitação explícita de conteúdo a esse poder.

27) (ESAF/AFC/2000) O Supremo Tribunal Federal pode declarar inconstitucional uma medida provisória, por considerar não preenchidos os pressupostos formais da relevância e urgência para a sua edição.

28) (ESAF/GESTOR/MPOG/2002) Ainda sobre as medidas provisórias, como atualmente estão previstas na Constituição, assinale a opção correta.

a) A medida provisória rejeitada pelo Congresso Nacional pode ser reeditada em sessão legislativa diferente daquela em que se deu a rejeição.

b) O Judiciário não pode apreciar o atendimento dos requisitos de urgência e de relevância das medidas provisórias, uma vez que o exame desses pressupostos é essencialmente político.

c) Medida provisória é instrumento juridicamente inapto para criar ou majorar tributos.

d) Medida provisória não pode ser editada durante o período de recesso do Congresso Nacional.

e) Rejeitada a medida provisória, as relações jurídicas formadas na sua vigência continuam eficazes até que o Congresso Nacional delibere a respeito por meio de Resolução conjunta do Senado e da Câmara dos Deputados.

29) (ESAF/GESTOR/MPOG/2002) Leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos e medidas provisórias situam-se no mesmo patamar no que tange à hierarquia das normas jurídicas.

30) (ESAF/PROCURADOR/FORTALEZA/2002) É expressamente proibido que o Município adote o regime das medidas provisórias na sua lei orgânica.

31) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o prazo de 90 dias para cobrança da contribuição social de seguridade social, instituída por medida provisória, conta-se a partir do primeiro dia de vigência da medida provisória, independentemente de sua conversão em lei.

32) (ESAF/PROCURADOR/DF/2004) É cabível o mandado de injunção nos casos em que o Congresso Nacional se mostra omissos em expedir decreto legislativo disciplinando as relações decorrentes de medida provisória não convertida em lei.